

1 Aos seis de dezembro de 2004, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio Genético -
2 DPG, SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária
3 da Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio. A reunião foi presidida pelo Sr. **Paulo Yoshio**
4 **Kageyama** e contou com a presença dos seguintes membros: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular)
5 e Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente –
6 MMA; Sra. **Ione Egler** (titular) e Sra. **Nadja Lepsch** (suplente), representantes do Ministério da
7 Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** (titular), representante do
8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sra. **Adriana Sader Tescari**
9 (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores; Sra. **Raquel Porto Mendes**
10 **Fonseca** (titular), representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sra.
11 **Fani Mamede** (suplente), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr.
12 **Luiz Antônio Dombek** (suplente), representante do Ministério da Integração Nacional – MI; Sra.
13 **Cecília Foloni Ferraz** (titular), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
14 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), representante da
15 Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema; Sr. **Natal Ribeiro**
16 **Maciel** (titular), representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –
17 Contag; Sr. **Miguel Pedro Guerra** (suplente), representante da Sociedade Brasileira para o
18 Progresso da Ciência – SBPC; Sr. **Carlos Joly** (suplente), representante da Academia Brasileira de
19 Ciências – ABC; Sra. **Nurit Bensusan** (titular), representante dos Movimentos Sociais indicada
20 pelo Fórum de ONGs Ambientalistas; Sr. **Lúcio Flores** (suplente), representante da Coordenação
21 das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB; Sr. **Tibério Leonardo Guitton** (suplente),
22 representante da Confederação Nacional da Agricultura; e Sra. **Eliane Anjos** (titular) e Sra. **Grace**
23 **Dalla Pria** (suplente), representantes da Confederação Nacional da Indústria. Também estavam
24 presentes: Sra. **Fátima Oliveira**, do IBAMA; Sra. **Daniela América Suárez de Oliveira**, do MMA;
25 Sr. **Luiz Carlos Pinagé**, do Funbio; Sra. **Cassiane Rocha Jaroszinski**, do MCT; e Sra. **Sílvia Neri**
26 **Godoy**, Sr. **Mauro Pichorim** e Sra. **Raquel Resende**, do MMA. Segue abaixo a pauta da reunião:
27 1. ABERTURA 2. APROVAÇÃO DA PAUTA E DA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA 3.
28 ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO 3.1. PROBIO 3.1.1. Resultado da seleção do Edital PROBIO
29 03/2004 - Levantamento dos remanescentes da cobertura vegetal do bioma Mata Atlântica 3.1.2.
30 Edital PROBIO 04/2004 - Primeiro Relatório Nacional Sobre Perda de Biodiversidade nos Biomas
31 Brasileiros 3.2. Criação da Câmara Técnica Temporária da Caatinga 3.3. Plano de Comunicação da
32 CONABIO 3.4. Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios 3.4.1. Apresentação

33 (Sr. **Eduardo Vélez**) 3.4.2. Discussão e deliberação 3.5. Calendário de reuniões da CONABIO para
34 2005 4. INFORMES 5. ASSUNTOS GERAIS 6. ENCERRAMENTO. O Sr. **Paulo Kageyama**
35 iniciou a reunião às nove horas e cinquenta minutos, agradeceu pelo comparecimento dos membros
36 da Comissão e questionou sobre a aprovação da pauta. Foi incluída na pauta a apresentação da Sra.
37 Adriana Tescari sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios. Em seguida, a
38 ata da 9ª Reunião Ordinária foi aprovada, considerando-se a observação feita pela Sra. Nadja
39 Lepsch. Partiu-se para o item 3.1.1 da pauta – Levantamento dos remanescentes da cobertura
40 vegetal do bioma Mata Atlântica. A Sra. **Rita Condé** explicou que o valor máximo de apoio era de
41 R\$ 450.000,00, que o prazo máximo para realização do projeto era de 8 meses e que a Câmara
42 Técnica para análise das propostas era composta pelos seguintes consultores: Adolfo Dalla Pria
43 Pereira (do Subprograma de Política de Recursos Naturais/MMA), Edmar Moretti (da Coordenação
44 Geral de Tecnologia de Informação e Informática/MMA) e Francisco Javier Fernandez Fawaz (do
45 Sistema de Proteção da Amazônia/IBAMA). A Sra. **Rita Condé** acrescentou que foram recebidas 3
46 propostas mas que apenas 2 foram recomendadas, que a proposta “Mapeamento do bioma Mata
47 Atlântica e implementação de uma base de dados em ambiente de sistema de informações
48 geográficas” (proponente: Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia - IESB) obteve a
49 maior pontuação. Para essa proposta foram estabelecidas as seguintes condicionantes: 1. Apresentar
50 complementação da metodologia esclarecendo: a) como serão obtidos os dados de litologia e solos;
51 b) como será feito o ajuste cartográfico dos dados do SRTM; c) como o mapa zero será utilizado no
52 processo de mapeamento; 2. Descrever a metodologia de validação do mapa zero; e 3. Apresentar
53 revisão da estratégia para amostragem no processo de validação. O Sr. **Miguel Guerra** opinou que a
54 média de titulação dos avaliadores não deveria ser menor que a dos proponentes e que é importante
55 balancear os comitês com pessoas com experiência na área e com alguma titulação. O Sr. **Braulio**
56 **Dias** concordou e explicou que, devido a restrições orçamentárias, optou-se por convidar técnicos
57 de Brasília, todos com muita experiência. A Sra. **Raquel Fonseca** perguntou se apenas uma das
58 propostas recomendadas seria submetida à votação pela aprovação. O Sr. **Paulo Kageyama**
59 respondeu que sim e que inicialmente seria votado pelo caráter de condicionante ou de
60 recomendação de um item que não estava inserido no edital. Seguiu-se a votação, na qual houve 13
61 votos a favor de colocar o item como recomendação, nenhum voto contra e 1 abstenção, do Sr.
62 Natal Maciel, que foi justificada pelo mesmo por não ter assistido a apresentação da Sra. **Rita**
63 **Condé**. Em seguida foi feita a votação da proposta do IESB, que foi aprovada com 14 votos a favor
64 e nenhum voto contra ou abstenção. Partiu-se para o item 3.2.2 da pauta - 1º Relatório Nacional
65 sobre Perda de Biodiversidade nos Biomas Brasileiros. O Sr. **Júlio Roma** explicou que o edital

66 objetivava a seleção de uma única proposta de projeto, na qual deveriam estar documentados, a
67 partir de dados existentes, a perda da biodiversidade no Brasil, o ritmo desta perda, os principais
68 indicadores de perda de biodiversidade e o impacto das ações que estão sendo adotadas para sua
69 reversão. Definiu-se que o valor máximo de apoio do PROBIO seria de R\$ 500.000,00 e que o
70 prazo máximo de execução seria de 8 meses. O Sr. **Júlio Roma** esclareceu que não foram recebidas
71 propostas em resposta a esse edital. O Sr. **Braulio Dias** comentou sobre o 3º Relatório Nacional
72 para a Convenção sobre Diversidade Biológica e sobre a construção dos cenários possíveis, e
73 explicou que seriam feitas contratações pontuais, ou seja, consultorias de alguns especialistas, para
74 suprir as lacunas existentes. A Sra. **Nadja Lepsch** questionou se seria possível o lançamento de um
75 edital para levantar e consolidar o que foi feito. O Sr. **Braulio Dias** respondeu que o lançamento de
76 novos editais está comprometido pela questão do prazo de encerramento do Probio e que, por outro
77 lado, as consultorias pontuais poderiam ser realizadas. A Sra. **Grace Pria** sugeriu que o MMA ou a
78 Secretaria Executiva da Conabio comesçassem a consolidação. O Sr. **Braulio Dias** explicou que isso
79 não seria possível pois a equipe, apesar de capacitada, encontra-se sobrecarregada. O Sr. **Paulo**
80 **Kageyama** informou que a consultoria poderia contar com a participação de membros da Conabio
81 para alguns assuntos específicos. A Sra. **Cecília Ferraz** sugeriu que fossem apresentadas algumas
82 estratégias na próxima reunião, e comentou que era preciso juntar esforços, contar com a
83 colaboração das instituições e acompanhar o cronograma. O Sr. **Braulio Dias** perguntou aos
84 membros se todos estariam dispostos a colaborar. O Sr. **Wilson Loureiro** comentou que a
85 participação da ABEMA no trabalho era fundamental e que a mesma poderia contribuir de forma
86 complementar, já que há limitações de pessoal. A Sra. **Fátima Oliveira** lembrou que isso poderia
87 ser incluído como um tema de trabalho para a CTT-COP8. O Sr. **Paulo Kageyama** pediu que, se
88 todos concordassem com a sugestão, se passasse para o item 3.2 da pauta. A Sra. **Nadja Lepsch**
89 solicitou que a Sra. **Juliete** fosse incluída na CTT-COP8 como representante do MCT. O Sr. **Paulo**
90 **Kageyama** leu para todos a minuta de deliberação e convocou os membros a votar. Houve 13 votos
91 a favor, nenhum voto contra e uma abstenção, do Sr. **Carlos Joly**. O Sr. **Paulo Kageyama** expôs
92 que, na reunião anterior, a Sra. **Alexandrina de Moura** compareceu para fazer uma apresentação na
93 tarde do segundo dia, mas não pôde fazê-lo pois a reunião já havia sido encerrada, e explicou que a
94 mesma foi convidada novamente para fazer a apresentação nesta reunião, mas recusou-se por não
95 ter disponibilidade de horário. Seguiu-se para o item 3.3 da pauta. O Sr. **Mauro Pichorim**
96 apresentou uma proposta de Plano de Comunicação para a Conabio e explicou que cada item
97 deveria ser pensado e discutido pelo Plenário. O Sr. **Lúcio Flores** realçou que o número de

98 instituições parceiras é pequeno e que seria bom discutir o tema de forma mais ampla. O Sr. **Carlos**
99 **Joly** afirmou que a Conabio era pouco conhecida mesmo dentro das instituições que a compõem e
100 que seria importante divulgá-la na comunidade científica. O Sr. **Mauro Pichorim** esclareceu que a
101 idéia era iniciar a discussão, e que o exposto não configurava nenhuma decisão. A Sra. **Eliane**
102 **Anjos** comentou que faltava estabelecer uma linguagem ligada à indústria e aos órgãos municipais
103 de meio ambiente, e colocou que sente dificuldade em entender as competências entre Conabio,
104 Conaflor, Conama e CGEN. Foi sugerido que o plano definisse o que se que comunicar, para quem
105 comunicar e o que comunicar. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que só foram apresentados alguns
106 elementos para conduzir a discussão, e que a Comissão deveria desenvolver uma proposta mais
107 elaborada de Plano de Comunicação. A Sra. **Grace Pria** mencionou que seria importante pensar em
108 como as pessoas acessam o sítio da Conabio e em explicar como a mesma poderia ajudar as
109 instituições. A Sra. **Nadja Lepsch** propôs o encaminhamento de comunicado aos jornais de áreas
110 acadêmicas e conselhos federais, a revistas científicas da área e a listas de discussão. A Sra. **Fani**
111 **Mamede** sugeriu que fosse incorporada uma proposta mais educativa, incluindo novos públicos
112 como a indústria de alimentos e a indústria de cosméticos. A Sra. **Raquel Fonseca** comentou que
113 seria importante explicar o que é Probio, Conabio, Funbio e Arpa e explicar onde estão ocorrendo
114 os gastos. O Sr. **Wilson Loureiro** opinou que era preciso valorizar a questão da comunicação,
115 especialmente para o cidadão comum, priorizar determinadas ações e capacitar os pares. O Sr.
116 **Carlos Joly** disse que trabalhar com o sítio e com links são coisas imediatas e relativamente
117 simples, mas que criar um jornal informativo demandaria uma pessoa especializada para isso, que
118 no próprio sítio poderia ser esclarecido como esses órgãos (Conabio, Probio, CGEN etc.) se
119 relacionam e que pôsteres simples poderiam ser distribuídos em reuniões-chave. O Sr. **Luiz Carlos**
120 **Pinagé** citou a questão dos parâmetros curriculares, para que a temática do meio ambiente fosse
121 abordada nas escolas de rede pública, e se ofereceu para fazer uma apresentação sobre o
122 funcionamento do Funbio e do projeto Arpa na próxima reunião da Conabio. A Sra. **Raquel**
123 **Fonseca** lembrou que existe a Diretoria de Educação Ambiental, no âmbito do MMA, e que se
124 deveria tomar cuidado para não duplicar esforços. A Sra. **Grace Pria** comentou que, como a
125 Conabio não é um órgão executor, deveria apenas estimular a capacitação, e não executá-la. O Sr.
126 **Braulio Dias** disse que a Conabio poderia fazer algumas coisas por meio da Secretaria Executiva, e
127 que na CTT-Cerrado e Pantanal está sendo discutida a questão de educação ambiental, mas que
128 novas articulações são importantes. A Sra. **Cecília Ferraz** comentou que era apenas o início da
129 discussão, sugeriu que o jornal informativo só fosse lançado quando seu foco estivesse estabelecido

130 e que o plano de comunicação fosse tratado na reunião seguinte, com propostas já definidas, e
131 elogiou o livreto da Conabio. A Sra. **Nurit Bensusan** disse que a Conabio não conseguiria avançar
132 na discussão e sugeriu tratar o tema na reunião seguinte, sob a forma de uma proposta concreta. O
133 Sr. **Paulo Kageyama** lembrou da importância do tema COP-8. A Sra. **Nurit Bensusan** pediu que se
134 pensasse em um plano de divulgação para a COP-8 e perguntou sobre a CTT COP-8. O Sr. **Braulio**
135 **Dias** respondeu que a mesma foi aprovada, mas que faltava discutir alguns pontos no texto da
136 deliberação que a institui. Em seguida, leu a minuta da deliberação. Os Srs. **Afonso Valois, Wilson**
137 **Loureiro, Fani Mamede** e **Carlos Joly** solicitaram a participação de suas respectivas instituições
138 na CTT COP-8. A Sra. **Grace Pria** sugeriu uma prorrogação no prazo de duração, justificando que
139 o trabalho precisaria ser consolidado após a conferência. Seguiu-se uma discussão sobre a quem
140 caberia a coordenação da CTT COP-8. As Sras. **Ione Egler** e **Cecília Ferraz** sugeriram o MRE, e a
141 Sra. **Adriana Tescari** sugeriu que houvesse uma coordenação conjunta, já que as competências da
142 CTT COP-8 são amplas. A Sra. **Nurit Bensusan** sugeriu dividir a CTT COP-8 em duas câmaras
143 técnicas, uma para cada competência. O Sr. **Miguel Guerra** comentou sobre a dificuldade dos
144 organismos em encontrar interlocutores da temática biodiversidade, inclusive no Brasil, pois os
145 mesmos mudam com os governos, e acrescentou que a CTT COP-8 e a Conabio deveriam
146 consolidar um nível de informações e competências para criar um núcleo de referências ou uma
147 base de dados de pessoas relacionadas ao tema. O Sr. **Braulio Dias** expôs a importância de se
148 institucionalizar as informações, concordou com a proposta da coordenação conjunta da CTT COP-
149 8 e posicionou-se contra a divisão dessa câmara em duas, justificando que já existem muitas
150 câmaras técnicas criadas no âmbito da Conabio. O Sr. **Lúcio Flores** propôs uma subdivisão de
151 tarefas dentro da câmara, conforme as afinidades com cada tema, pois não há disponibilidade de
152 tempo. A Sra. **Adriana Tescari** posicionou-se contra a divisão da CTT COP-8 em duas câmaras
153 técnicas devido à dificuldade em se reunir número razoável de participantes. A Sra. **Eliane Anjos**
154 manifestou-se a favor da coordenação conjunta, acrescentando que é importante conciliar agendas.
155 O Sr. **Paulo Kageyama** propôs que os membros fizessem a votação por apenas uma câmara técnica,
156 com subgrupos para tratar os dois objetivos principais. Houve 16 votos a favor, nenhum contra e
157 nenhuma abstenção. Em seguida ocorreu a votação pela coordenação conjunta da CTT COP-8 pelo
158 MMA e pelo MRE. Novamente houve 16 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. A
159 reunião foi interrompida às 12h20 e retomada às 14h20. A Sra. **Adriana Tescari** e o Sr. **Eduardo**
160 **Velez** fizeram uma apresentação sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de
161 Benefícios. Foi comentado, entre outros aspectos, sobre: a abordagem dos temas acesso e repartição

163 de benefícios pela CDB, os debates ocorridos em reuniões anteriores (especialmente na 7a.
164 Conferência das Partes sobre Biodiversidade), o Termo de Referência para o Grupo de Trabalho ad
165 hoc de acesso e repartição de benefícios, o seminário “Construindo a posição brasileira sobre o
166 regime internacional de acesso e repartição de benefícios”, as vantagens do regime internacional e
167 sua importância para coibir a biopirataria e proteger os conhecimentos tradicionais associados. O
168 Sr. **Braulio Dias** lembrou que em janeiro ocorrerá, na Índia, a reunião dos países megadiversos. A
169 Sra. **Grace Pria** parabenizou os esforços do CGEN e relatou sua preocupação com a falta de foco
170 do seminário e seus resultados, pois parecia tratar-se de problemas domésticos e houve pouca
171 participação do setor industrial nos grupos de trabalho. O Sr. **Carlos Joly** comentou que no grupo
172 dos megadiversos em Joanesburgo não havia clareza sobre a inclusão do conhecimento
173 internacional no regime internacional, que nenhum país tinha conseguido resolver o problema dos
174 detentores de conhecimento tradicional, que a inclusão desse assunto representa um atraso, que o
175 regime deve ser vinculante e deve ter um certificado de origem, e que devemos acelerar a legislação
176 interna. A Sra. **Nurit Bensusan** opinou que o seminário realizado pelo CGEN capacitou os
177 participantes e contribuiu para ampliar a quantidade de entidades e indivíduos na discussão, que o
178 grupo que discute o 8(j) tem sido marginal em relação à corrente de discussão do acesso, que é
179 interessante levar a discussão dos conhecimentos tradicionais para a discussão do acesso e que é
180 difícil lançar o regime internacional quando não se tem regras nacionais muito claras. O Sr. **Afonso**
181 **Valois** comentou sobre o surgimento de um fundo mundial para recursos genéticos da FAO. O Sr.
182 **Miguel Guerra** informou que, em um workshop realizado na Alemanha, a Organização Mundial de
183 Propriedade Intelectual levantou a dificuldade em se discutir o direito de propriedade sobre os
184 conhecimentos tradicionais provocada pela falta de regras internas em cada país. A Sra. **Grace Pria**
185 disse que o seminário representava o pontapé inicial, que a data para começar as discussões era
186 apertada e que sentiu falta da questão de transferência de tecnologias. O Sr. **Carlos Joly** opinou que
187 a discussão do 8(j) junto com a de acesso ao patrimônio genético não terá resultados satisfatórios. O
188 Sr. **Braulio Dias** informou que o Brasil é provedor e consumidor de recursos genéticos, bem como
189 provedor e consumidor de tecnologias, que a legislação brasileira é incompleta e que é preciso
190 avançar muito devido à nossa vulnerabilidade. O Sr. **Eduardo Velez** explicou que a pretensão do
191 seminário era ver como avançar em tema tão complexo, que outro seminário deverá aperfeiçoar o
192 foco, que foi proposital não haver equidade na representatividade, que parte do setor produtivo não
193 compareceu apesar de convidado, e que o Brasil deveria incluir dispositivos na legislação sobre o
194 assunto se quisesse dar o exemplo. O Sr. **Braulio Dias** perguntou à Sra. **Adriana Tescari** e ao Sr.
195 **Eduardo Velez** sobre os pontos de consenso interno e de divergências e sobre a estratégia de

196 negociação em Bancoc. O Sr. **Lúcio Flores** lembrou que os povos indígenas tem suas próprias leis e
197 que gostariam que as mesmas fossem respeitadas ou, pelo menos, consultadas, e acrescentou que no
198 sítio da COIAB está disponível um documento sobre o Fórum de Povos Indígenas da Amazônia. A
199 Sra. **Adriana Tescari** disse que há um consenso de opiniões, talvez porque a discussão esteja no
200 início, e que a estratégia de negociação em Bancoc será definida quando estiverem disponíveis os
201 documentos. O Sr. **Eduardo Velez** comentou que há consenso quanto à necessidade do regime
202 vinculante, sujeito a sanções, que não há dúvida quanto aos conceitos de recursos genéticos e seus
203 componentes, que há exitação em como incluir a repartição de benefícios, que não foi questionado o
204 respeito à legislação do país de origem, e que há discordâncias sobre o quanto o regime
205 internacional irá burocratizar o acesso e sobre o tratamento dos conhecimentos tradicionais
206 associados. O Sr. **Carlos Joly** questionou sobre a posição do Brasil na reunião dos megadiversos
207 que será realizada em janeiro próximo. A Sra. **Adriana Tescari** respondeu que pretende-se preparar
208 um documento, que a data da reunião não foi oficialmente marcada, que o objetivo do país é
209 conseguir apoio dos participantes e que está aberta a sugestões. A Sra. **Ione Egler** explicou que,
210 para o MCT, o acesso facilitado não deve ser controlado pelo regime internacional e que as
211 situações bilaterais não devem ser desprezadas. O Sr. **Braulio Dias** informou que o Brasil se
212 ofereceu para sediar a reunião dos megadiversos, mas que a Índia pediu para sediá-la, que ainda não
213 há data nem pauta definidas, e que a reunião é importante para definir decisões em comum, já que
214 os países megadiversos possuem diferenças. A Sra. **Grace Pria** lembrou que a transferência de
215 tecnologia é uma obrigação determinada pela Convenção sobre Diversidade Biológica. O Sr. **Paulo**
216 **Kageyama** expôs que, se houvesse pontos de dissenso, a Conabio poderia deliberar. O Sr. **Braulio**
217 **Dias** acrescentou que se os pontos fossem os mesmos discutidos para a COP-7, então não haveria
218 motivos para deliberar. O Sr. **Carlos Joly** propôs que a Conabio referendasse os resultados do
219 seminário, e disse que seria bom reforçar os pontos, apoiando aqueles que estivessem em consenso
220 para encaminhar à reunião de janeiro. A Sra. **Fátima Oliveira** sugeriu marcar uma reunião
221 extraordinária para janeiro para discutir a questão. A Sra. **Eliane Anjos** ressaltou a importância de
222 se realizar essa reunião, com uma discussão por setores, pois ainda não se sentia pronta para
223 referendar sobre o assunto. A Sra. **Nurit Bensusan** questionou se não seria melhor referendar após
224 a reunião de Bancoc. O Sr. **Braulio Dias** mencionou que os países que chegarem mais preparados à
225 reunião de Bancoc conduzirão a questão, concordou que não havia condições de avançar sem o
226 relatório e os documentos de negociação e lembrou do problema da falta de quorum devido à
227 proximidade do Carnaval. A Sra. **Ione Egler** realçou que o MCT não quer o atrelamento do regime
228 internacional à condição de acesso facilitado não qualificado. O Sr. **Mauro Pichorim** sugeriu que a

228 CTT COP-8 discutisse o assunto em janeiro pois não depende de quorum. O Sr. **Braulio Dias**
229 lembrou que a CTT COP-8 não pode deliberar. A Sra. **Ione Egler** comentou que é mais fácil
230 identificar o que não se quer no momento, e sugeriu que os posicionamentos fossem dados por
231 escrito, via correio eletrônico, pois em janeiro não haveria quorum. O Sr. **Paulo Kageyama** propôs
232 uma reunião da CTT COP-8 na última semana de janeiro. A Sra. **Adriana Tescari** afirmou que o
233 Itamaraty promove reunião preparatória sempre que há reuniões internacionais, a fim de que as
234 instituições envolvidas apresentem suas posições, e que nesse caso a reunião acontecerá no começo
235 de janeiro e serão convocadas todas as instituições representadas na Conabio. A Sra. **Fani Mamede**
236 solicitou informações sobre a reunião do G8, em janeiro, em Paris. O Sr. **Paulo Kageyama**
237 concluiu que não há necessidade de reunião extraordinária da Conabio, pois haverá reunião no MRE
238 para tratar o assunto e todos serão convidados. A Sra. **Adriana Tescari** comentou sobre a agenda
239 do Itamaraty. O Sr. **Paulo Kageyama** pediu aos membros que votassem a respeito da não realização
240 de reunião preparatória para Bancoc. Houve 15 votos a favor de não realizar a reunião, nenhum voto
241 contra e nenhuma abstenção. Em seguida houve uma discussão sobre a possibilidade de se incluir
242 um segundo suplente como membro da Conabio, conforme o pedido da Sra. Adriana Tescari. O Sr.
243 **Braulio Dias** sugeriu checar com a consultoria jurídica do MMA. O Sr. **Paulo Kageyama** opinou
244 que a alternância de comparecimento poderia ser prejudicial e pediu que os membros votassem a
245 respeito do calendário de reuniões, que indicava 2 dias para cada reunião, podendo ser realizadas
246 em apenas 1 dia (preferencialmente às quartas-feiras) conforme a pauta. Houve 14 votos a favor,
247 nenhum voto contra e nenhuma abstenção. Passou-se para o item 4 da pauta – Informes. O Sr.
248 **Paulo Kageyama** falou sobre o documento “National Biodiversity Strategies in South America”,
249 que apresenta os resultados do Encontro para Identificação de Temas em Biodiversidade para
250 Cooperação e Intercâmbio entre os Países Sul-Americanos. A Sra. **Grace Pria** perguntou sobre o
251 Tratado de Cooperação da Amazônia - TCA. O Sr. **Braulio Dias** informou que o secretariado
252 permanente do Tratado está sediado em Brasília, e que poderia ser aproveitado na discussão. Alguns
253 membros mostraram-se a favor de convidar representantes do TCA para a reunião da Conabio, e o
254 Sr. **Afonso Valois** sugeriu que a SIPAM também fosse convidada. A Sra. **Cecília Ferraz** propôs
255 incluir na próxima reunião o Plano de Áreas Protegidas, discutido na Malásia, e verificar o que o
256 MMA tem feito a respeito. A Sra. **Fátima Oliveira** sugeriu debater sobre o Probio II. O Sr. **Luiz**
257 **Carlos Pinagé** pediu para incluir o projeto ARPA na próxima reunião. A Sra. **Ione Egler** propôs
258 incluir o que é programado em relação ao *Subsidiary Body on Scientific, Technical and*
259 *Technological Advice* - SBSTTA. O Sr. **Paulo Kageyama** solicitou que fosse apresentado o informe
260 do Probio. A Sra. **Daniela Oliveira** comentou sobre o encontro de coordenadores de projetos do

261 Probio, realizado nos dias 27 a 29 de outubro, e sobre a intenção de se assinar novo acordo com o
262 GEF. A Sra. **Ione Egler** questionou sobre o Probio II. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o Banco
263 Mundial reconhece os bons resultados do Probio mas não prioriza projetos de continuação, e que a
264 DCBio/MMA está elaborando um diagnóstico a respeito da influência do Probio sobre o tratamento
265 do tema biodiversidade no Brasil para subsidiar a negociação. O Sr. **Afonso Valois** mencionou a
266 importância de se avançar sobre o tema uso da agrobiodiversidade. A Sra. **Nurit Bensusan** expôs
267 que o tema o Probio II deveria ser discutido na Conabio. O Sr. **Braulio Dias** explicou que a
268 discussão começou na reunião dos coordenadores do Probio, que ainda não há nenhuma proposta no
269 papel e que é pertinente colocar esse assunto em pauta somente na próxima reunião. A Sra. **Ione**
270 **Egler** comentou que está prevista a saída de sua suplente, Sra. **Nadja Lepsch**, da Conabio. A Sra.
271 **Fátima Oliveira** sugeriu, quanto ao Probio II, que se encaminhe uma abordagem pronta para
272 discutir a avaliação, os avanços obtidos em termos de políticas públicas e os documentos para
273 elaboração da proposta do Probio II, e que se coloque os projetos aprovados e em curso na
274 negociação da contrapartida. A Sra. **Grace Pria** parabenizou a equipe pelo livreto da Conabio. O Sr.
275 **Braulio Dias** agradeceu pelo comparecimento dos membros à reunião. O Sr. **Afonso Valois**
276 perguntou sobre a Iniciativa Brasileira de Polinizadores. O Sr. **Braulio Dias** falou da Consulta
277 Nacional, realizada no dia 24 de setembro, dos questionários aplicados e das discussões com
278 parcerias nacionais. O Sr. **Paulo Kageyama** desejou sucesso à Sra. **Nadja Lepsch**, agradeceu a
279 todos os presentes e encerrou a reunião às 17h35. Eu, Raquel Resende, por solicitação do Presidente
280 da mesa, lavrei a presente ata.

281
282
283

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO
Secretário de Biodiversidade e Florestas
Presidente da CONABIO